

Formulário de Resposta aos recursos - CES S07 – Auditor Fiscal

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 36 TIPO 2: 45 TIPO 3: 49	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>Exceções:</p> <p>A declaração estabelece uma exceção para casos em que a crença ou convicção é invocada para se eximir de uma obrigação legal imposta a todos, como o serviço militar.</p> <p>Prestação Alternativa:</p> <p>Nestes casos, a lei pode prever uma forma alternativa de cumprir a obrigação, permitindo que a pessoa possa cumprir sua obrigação sem infringir suas convicções.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante, desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia. (Art. 5º, XI)</p> <p>(E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).</p>		
<p>TIPO 1: 38</p> <p>TIPO 2: 37</p> <p>TIPO 3: 42</p>	<p>A alternativa correta é: (C) o direito de greve será exercido com observância dos princípios da eficiência e proporcionalidade, nos termos e limites estabelecidos em lei específica, respeitados os serviços essenciais e os interesses sociais relevantes.</p> <p>De acordo com o Art. 37, inciso VII da Constituição Federal, é assegurado ao servidor público o direito de greve, nos termos e nos limites definidos em lei específica. Embora esse direito seja garantido, há restrições e exigências, especialmente quanto à manutenção de serviços essenciais e à proporcionalidade da paralisação, para que o interesse coletivo não seja prejudicado.</p> <p>(A) Errada. A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, conforme Art. 37, II da CF/88, salvo para cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração. Não existe "dispensa de concurso para conveniência da administração".</p> <p>(B) Errada. O princípio correto seria a impessoalidade, e não “pessoalidade”, e o prazo de validade do concurso público é, de fato, de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período (Art. 37, III da CF), mas a presença do termo “pessoalidade” torna a alternativa incorreta.</p> <p>(D) Errada. A remuneração dos servidores deve respeitar a iniciativa privativa dos poderes competentes, e a revisão geral anual deve ser assegurada na mesma data e sem distinção de índices, conforme Art. 37, X da CF/88.</p> <p>(E) Errada. Embora cargos públicos sejam acessíveis a brasileiros e estrangeiros</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	conforme a lei, o erro está em “estrangeiros com cidadania brasileira”, o que é contraditório — estrangeiro com cidadania brasileira é brasileiro naturalizado, e a CF fala de estrangeiros nos termos da lei, não necessariamente com cidadania.		
TIPO 1: 39 TIPO 2: 43 TIPO 3: 46	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>De acordo com o Art. 71 da Constituição Federal, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). A alínea I desse artigo determina que compete ao TCU “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.”</p> <p>(A) Errada. O TCU é composto por 9 ministros (e não 7), conforme o Art. 73 da CF, e possui jurisdição em todo o território nacional, não apenas no território distrital.</p> <p>(B) Errada. Os requisitos estão corretos (mais de 35 anos e menos de 65 anos, e não 60), idoneidade moral, reputação ilibada e notório conhecimento, mas a idade máxima está incorreta — o correto é 65 anos (Art. 73, §1º, I, CF).</p> <p>(C) Errada. Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas e vencimentos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não do Supremo Tribunal de Justiça (que não existe). Além disso, a aposentadoria segue as normas do Regime Próprio dos Servidores Públicos (Art. 40 da CF).</p> <p>(D) Errada. Quando o auditor substitui ministro, tem as mesmas garantias e impedimentos do ministro, mas nas demais atribuições, ele não exerce</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	funções de juiz de Tribunal Regional Estadual, mas sim atua como membro do TCU, conforme o Art. 73, §3º da CF.		
TIPO 1: 41 TIPO 2: 44 TIPO 3: 38	A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 43 TIPO 2: 39 TIPO 3: 44	<p>A alternativa correta é: (C) É vedado ao ente federativo receber transferências voluntárias se não instituir, prever e arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional.</p> <p>Conforme dispõe o Art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF):</p> <p>Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>Parágrafo único: A inobservância do disposto no caput impede o recebimento de transferências voluntárias.</p> <p>Ou seja, se o ente federativo não instituir e arrecadar todos os tributos de sua competência, ele não poderá receber transferências voluntárias da União ou de outros entes.</p> <p>(A) Errada.</p> <p>A instituição dos tributos de competência do ente federado é obrigatória, não é facultativa. A omissão pode causar sanções, como o impedimento de transferências voluntárias.</p> <p>(B) Errada.</p> <p>O descumprimento não gera apenas advertência: ele tem consequência prática direta, que é a proibição de receber transferências voluntárias (Parágrafo único do art. 11 da LRF).</p> <p>(D) Errada.</p> <p>A União também deve cumprir o art. 11 da LRF. Todos os entes da federação (União, Estados, DF e Municípios) estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(E) Errada.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	A restrição do parágrafo único aplica-se apenas às transferências voluntárias, não se aplica às transferências constitucionais ou legais (como o FPM, por exemplo).		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 49 TIPO 3: 39	<p>Resposta correta: (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.</p> <p>I. Correta</p> <p>“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis [...]”</p> <p>Esta afirmativa está correta, pois descreve com exatidão o que dispõe o Art. 145, II, da Constituição Federal e o Art. 77 do CTN.</p> <p>As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivos ou potenciais.</p> <p>II. Incorreta</p> <p>“As taxas poderão ter base de cálculos própria de impostos”</p> <p>Essa afirmativa está errada.</p> <p>Embora a base de cálculo possa ser semelhante, a jurisprudência do STF proíbe que taxas usem a mesma base de cálculo de impostos, pois isso pode violar o princípio da não-confusão entre espécies tributárias.</p> <p>Exemplo: É inconstitucional uma taxa usar como base de cálculo o valor do imóvel (usado para o IPTU).</p> <p>Fundamento: STF – Súmula 545:</p> <p>“É inconstitucional a cobrança de taxa, pela utilização de serviço público, tendo como base de cálculo o valor do imóvel.”</p> <p>III. Correta</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado [...] exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p> <p>Esta afirmativa está correta.</p> <p>Trata-se do princípio da legalidade tributária, previsto no Art. 150, I da Constituição Federal:</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – exigir ou aumentar</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	tributo sem lei que o estabeleça.”		
TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 47	<p>A questão pede assinalar o EXCETO. A alternativa correta é: (B) Direito de discriminar preços com base em critérios subjetivos.</p> <p>O artigo 170 da Constituição Federal estabelece os princípios que regem a ordem econômica, e entre eles estão:</p> <p>Propriedade privada (inciso II); Redução das desigualdades regionais e sociais (inciso VII);</p> <p>Busca do pleno emprego (inciso VIII); Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte (inciso IX).</p> <p>Esses princípios estão voltados à justiça social, à livre iniciativa e ao desenvolvimento nacional sustentável.</p> <p>A alternativa (B) está incorreta porque:</p> <p>O direito de discriminar preços com base em critérios subjetivos não é um princípio da ordem econômica e contraria os princípios constitucionais, pois:</p> <p>Viola a livre concorrência (Art. 170, inciso IV);</p> <p>Pode gerar abuso de poder econômico, prejuízo ao consumidor e desequilíbrio de mercado;</p> <p>A prática de preços deve ser baseada em critérios objetivos, sob a regulação do Código de Defesa do Consumidor e da legislação concorrencial (Lei nº 12.529/2011).</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 46 TIPO 2: 42 TIPO 3: 50	<p>A alternativa correta é: (B) Impostos de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.</p> <p>Entes federativos: Estados e Distrito Federal.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988, os impostos são distribuídos entre os entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>Vamos analisar cada alternativa:</p> <p>(A) Incorreta</p> <p>Produtos industrializados – IPI. Competência exclusiva da União. Erro: Inclui Estados indevidamente.</p> <p>(B) Correta. Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCMD). Competência dos Estados e do Distrito Federal, conforme Art. 155, I, CF/88.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>(C) Incorreta. Propriedade de veículos automotores – IPVA. Competência dos Estados e do Distrito Federal. Erro: Municípios não têm competência para esse imposto.</p> <p>(D) Incorreta. Transmissão "inter vivos" de bens imóveis – ITBI. Competência dos Municípios e do Distrito Federal (Art. 156, II, CF/88). Erro: Atribui indevidamente aos Estados.</p> <p>(E) Incorreta. Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Competência dos Municípios e do Distrito Federal (Art. 156, I, CF/88). Erro: Atribui à União, o que é incorreto.</p>		
<p>TIPO 1: 47</p> <p>TIPO 2: 46</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>A alternativa correta é: (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas. Justificativa, com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):</p> <p>I. Correta</p> <p>“A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são sanções que somente podem ser aplicadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.” Correto. Conforme a reforma da Lei 8.429/1992 (pela Lei nº 14.230/2021), sanções como perda da função pública e suspensão de direitos políticos somente são aplicadas após trânsito em julgado, ou seja, decisão judicial definitiva (Art. 12, § 1º).</p> <p>II. Correta</p> <p>“O ressarcimento integral do dano é sanção obrigatória e cumulativa sempre que configurado o enriquecimento ilícito.” Correto. O ressarcimento é obrigatório sempre que houver dano ao erário, inclusive nos casos de enriquecimento ilícito (Art. 12, caput e §§).</p> <p>III. Incorreta</p> <p>“As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa têm natureza penal, devendo ser aplicadas exclusivamente pelo juízo criminal.” Errado. A natureza das sanções na Lei de Improbidade é civil e administrativa, não penal. As ações de improbidade são julgadas na esfera cível, por juízes cíveis, e independentes da esfera penal.</p> <p>IV. Correta</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>“A multa civil pode ser aplicada isoladamente, desde que não haja danos ao erário.” Correto. A multa civil pode ser aplicada isoladamente, especialmente em hipóteses onde não há dano ao erário, conforme previsão do Art. 12 da Lei.</p>		
<p>TIPO 1: 48 TIPO 2: 40 TIPO 3: 41</p>	<p>A alternativa correta é: (A) V – F – F – V</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios de limitação de empenho e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos. Verdadeiro. Conforme o art. 165, §2º da CF/88 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO deve conter normas sobre o equilíbrio fiscal, limitação de empenho, controle de custos e avaliação de resultados.</p> <p>A Lei Orçamentária Anual, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte. Falso. Quem estabelece as metas e prioridades é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme art. 165, §2º da CF. A LOA apenas detalha receitas e despesas de acordo com essas diretrizes.</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui vigência plurianual e estabelece metas físicas e financeiras de todos os programas constantes no Plano Plurianual. Falso. Quem tem vigência plurianual é o Plano Plurianual (PPA). A LDO tem vigência anual e serve como elo entre o PPA e a LOA.</p> <p>O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. Verdadeiro. Essa é a definição exata do PPA, segundo o art. 165, §1º da Constituição Federal.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 50 TIPO 2: 48 TIPO 3: 37</p>	<p>A alternativa correta é: (A) O Balanço Financeiro consolida saldos do exercício anterior, receitas/despesas orçamentárias, movimentações extraorçamentárias e os Restos a Pagar, estes últimos incluídos como receita extraorçamentária.</p> <p>Justificativa, com base no Art. 103 da Lei nº 4.320/1964: Art. 103 – O Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa públicas,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>bem como os saldos do exercício anterior e os que se transferirem para o exercício seguinte, conjugando-se com as operações de natureza orçamentária e extraorçamentária.</p> <p>Parágrafo único – Serão incluídos, como receita extraorçamentária, os Restos a Pagar cancelados no exercício.</p> <p>(A) Correta – Reflete exatamente o conteúdo do Art. 103 e de seu parágrafo único: o Balanço Financeiro mostra toda a movimentação orçamentária e extraorçamentária, incluindo os saldos anteriores e posteriores. Restos a Pagar cancelados entram como receita extraorçamentária.</p> <p>(B) Incorreta – Os Restos a Pagar não são classificados como despesa extraorçamentária, e sim continuam no passivo até serem pagos. Apenas os cancelados entram como receita extraorçamentária. O objetivo não é neutralizar o lançamento anterior.</p> <p>(C) Incorreta – As operações extraorçamentárias são sim registradas no Balanço Financeiro, não apenas no Balanço Patrimonial.</p> <p>(D) Incorreta – Os Restos a Pagar não são classificados como despesa extraorçamentária, e sim continuam vinculados à despesa orçamentária originalmente empenhada.</p> <p>(E) Incorreta – Os saldos financeiros (dinheiro em caixa e banco) são demonstrados no Balanço Financeiro, e não exclusivamente no Orçamentário.</p>		
--	--	--	--